

Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para Agricultura no Brasil

Sumário Executivo



Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para Agricultura no Brasil

O Brasil foi identificado como um dos mercados com maior potencial de crescimento dos títulos verdes no setor agrícola. O país é o maior exportador de carne bovina, aves, soja, café, suco de laranja, açúcar e o segundo maior exportador de milho. Até o momento, o uso de títulos verdes no agronegócio tem se restringido aos exportadores do setor florestal, em especial as empresas de papel e celulose. O objetivo desse Plano de Investimento é fornecer um maior entendimento e visibilidade sobre o cenário de oportunidades para investimento verde no agronegócio brasileiro e apoiar a criação de um pipeline de projetos que sejam financiáveis por meio da emissão de títulos verdes e outros instrumentos de dívida rotulados.

Potencial Brasileiro de Agricultura Sustentável

Nos últimos quarenta anos, o Brasil transformou o setor de agricultura. Avanços tecnológicos, combinados com políticas direcionadas, investimentos públicos e assistência técnica, permitiu um aumento de produtividade sem expansão relevante da área ocupada, atualmente 7.8%. O Brasil desenvolveu um arcabouço sólido para reconciliar a conservação ambiental e produção agrícola sustentável.

O Brasil tem um Código Florestal robusto e um ambicioso Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Por meio do Código Florestal, o país conciliou a proteção de áreas de áreas naturais remanescentes, exigindo que as propriedades privadas reservem terras para conservação e proteção da biodiversidade. Enquanto o Programa ABC, linha de crédito para financiar o produtor rural no âmbito do Plano ABC, encorajou a adoção de tecnologias de baixo carbono. Agricultura, o uso da terra e florestas são um dos principais focos para o cumprimento da NDC.

Pipeline de Investimento

Considerando a legislação ambiental, o Plano de Baixo Carbono e compromissos climáticos do Brasil como ponto de partida, e consulta com partes interessadas locais, **USD 163.3 (BRL 692.4) bilhões** em investimentos verdes foram identificados para esse Plano de Investimento. Existe um pipeline significativo em agricultura, pecuária, energia renovável, florestas e transportes que podem se beneficiar de investimentos verdes e o Brasil tem o potencial de servir como exemplo global de como a crescente demanda por investimentos verdes pode impulsionar, com sucesso, a produção agrícola sustentável.

“

O lançamento deste plano de investimento irá promover o green bond como um dos importantes instrumentos financeiros para impulsionar investimentos na agricultura no Brasil. A definição de padrões sustentáveis para a agricultura é essencial e é a base do nosso trabalho.

”

Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tema ¹		Valor (USD/BRL)	Horizonte	Métrica
Legislação Ambiental	Programa de Regularização Ambiental - PRA	32,5/138 bilhões	2030	19 milhões ha
Agricultura	Biodefensivos	190/806 bilhões	2025	-
	Biofertilizantes	1,4/6 bilhões		-
Pecuária	Recuperação de Pastagens Degradadas	68,6/291 bilhões	2020+	75 milhões ha
	Tratamento de Resíduos Animais (Plano ABC)	471,6 milhões/ 2 bilhões	2020	2,7 milhões m ³
	ILPF (Plano ABC)	4,2/17 bilhões	2020	4 milhões
	IPF (Integração Pecuária-Floresta)	5,1/ 21,9 bilhões	2030	5 milhões
Energia Renovável	Energia Solar	1,1/4,5 bilhões		1,3GW
	Produção de Biocombustíveis	16,3/69,5 bilhões	2029	50,7 bilhões litros
	Cogeração	2,9/12,5 bilhões		5GW
	Biogás	4,5/19 bilhões	2030	7,2 bilhões nm ³
Florestas	Plantation Forestry	4,2/18 bilhões	2030	4 milhões ha
	Papel e Celulose/Painéis de Madeira	7,7/32,6 bilhões	2023	63 milhões toneladas/1 mil m ³
Transporte	Ferrovias e Etanol (Dutos)	14/ 59,6 bilhões	2030+	16,539 km
Total Oportunidades				USD 163 (BRL 692,4)

¹ A tabela acima ilustra possíveis investimentos verdes no Brasil e é uma estimativa baseada na metodologia explicada acima. Esse número é provavelmente subestimado, devido a lacunas de dados em setores importantes.

Pipeline de Investimento em Agricultura Sustentável



Legislação Ambiental

A legislação brasileira pode ser usada como proxy para credenciais verdes. Outras oportunidades surgem sob o Código Florestal por meio da restauração de passivos ambientais em Reservas Leais e Áreas de Preservação Permanentes, bem como conservação ambiental em propriedades privadas. Bonds de transição, uma nova categoria dentro do universo de finanças sustentáveis é uma alternativa para financiar esses ativos, junto com outros instrumentos de dívida verde, sustentável e/ou social.



Agricultura

O Brasil é um importante player agrícola e o quarto maior exportador do mundo. Produtividade continuará a ser um elemento central para esse crescimento. A adoção de tecnologias e práticas, tais como plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e fixação biológica de nitrogênio, biofertilizantes, biodefensivos e o uso de pastagens de baixa produtividade para produção de lavoura aumentará a produtividade e a eficiência e, conseqüentemente, elevará o número de novas oportunidades de investimento.



Pecuária

O Brasil é um importante produtor e exportador de carne bovina. Avanços na produtividade e eficiência serão cruciais para o Brasil continuar a aumentar sua produção sem a necessidade de novas pastagens. Nos últimos trinta anos o país mais que dobrou a sua produtividade por melhorias tecnológicas (intensificação, genéticas, práticas sustentáveis). A adoção de práticas de baixo carbono (por exemplo, intensificação da produção pecuária, ILPF, tratamento de dejetos animais), combinado com a recuperação de áreas degradadas não apenas permite dar escala a produção sustentável, mas outros usos de terra como agricultura e florestas plantadas.



Energia Renovável

A produção de energia renovável a partir de resíduos da agricultura e pecuária e produção e cogeração de bioenergia tem um potencial significativo. Áreas destinadas a agricultura e pecuárias são adequadas para sistemas fotovoltaicos e sistemas de geração distribuída podem ser implementados mais amplamente para autoprodução, maquinário, irrigação e bombeamento. Biomassa de lavoura e dejetos animais também podem ser utilizados para produção de energia. O Brasil também tem um potencial considerável para expansão de bioenergia, incluindo etanol de 2G, bem como cogeração.



Florestas

Oportunidades se concentram principalmente em florestas plantadas e papel e celulose. O setor de papel e celulose tem liderado emissões na categoria de uso de terra no Brasil e há oportunidades de direcionar investimentos para uso sustentável de florestas, conservação, restauração, produtos florestais não-madeireiros e atividade industrial.



Transporte

Infraestrutura e logística continuam a ser um desafio para o Brasil. Há oportunidade para expandir modais de transporte de baixo carbono e aumentar o uso de biodiesel para reduzir a intensidade de carbono no transporte rodoviário. Existem numerosas oportunidades de projetos e ativos no portfólio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), tais como bioenergia, renováveis e ferrovias; caso se enquadrem em critérios e taxonomias verdes.

Financiando a Agricultura Brasileira

As linhas de crédito públicas têm sido uma parte essencial do financiamento agrícola. O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) anual é o instrumento principal e define os programas para o setor, utilizando linhas de crédito com taxas de juros diferenciadas para pequenos, médios e grandes agricultores. Produtores tem financiado produção agrícola principalmente por capital próprio e bancos. No entanto, oportunidades de investimento verdes e mecanismos alternativos de financiamento podem ser impulsionados por cooperativas, indústria, fornecedores e traders.

O Brasil tem instrumentos de mercado de capitais dedicados para agricultura que podem ser rotulados como verdes e direcionar investimentos para práticas sustentáveis. Instrumentos financeiros e de mercado de capitais do Brasil estão prontos para alavancar as oportunidades existentes e atrair capital de longo prazo (setor privado) para a agricultura, em um período em que os recursos públicos se tornam cada vez mais escassos. Os instrumentos mais utilizados nas emissões públicas de valores mobiliários para o financiamento do agronegócio são o CRA e a LCA, juntamente com outros instrumentos de uso geral, como os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Títulos (Debêntures).

Resumo dos Títulos do Agronegócio

Instrumento	Colateral	Emissores
CPR/ CPR-F	Produção Futura Agropecuária / hipoteca ou alienação fiduciária de imóvel / cessão de recebíveis advindos de operação de barter	Produtores rurais pessoas naturais e jurídicas, suas associações e Cooperativas
LCA	Empréstimos lastreados em crédito do agronegócio entre instituições financeiras e produtores rurais /cooperativas.*	Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito
CDCA	recebíveis do agronegócio, tais como CPR, Notas Promissórias duplicatas, recebíveis advindos de da negociação de produtos agropecuários	Produtores rurais e outras pessoas que exercem atividades de comercialização, processamento ou industrialização de: produtos agropecuários; insumos agropecuários; ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária
CRA	CPRs, CDCAs, CDA/WA, Duplicatas e Notas Promissórias decorrentes da comercialização de produtos agropecuários.	Companhia Securitizadoras
CDA/WA	Produtos Depositados em Armazéns	Armazéns e depósitos

O CRA pode ser usado para financiar produtividade agrícola (inovações tecnológicas, intensificação da produção, recuperação de áreas degradadas, restauração de florestas nativas e práticas agrícolas de baixo carbono). A LCA, por sua vez, pode incentivar bancos a emitirem títulos ou LCAs verdes, utilizando como lastro operações de financiamento de crédito rural (como o lastro de empréstimos ABC, por exemplo). Há um potencial inexplorado no uso de FIDCs para securitização de recebíveis no agronegócio e debentures de infraestrutura podem ser utilizados para atrair novos investimentos para produção de açúcar e etanol, bem como na geração de energia solar distribuída.

A Lei 13.986/2020 introduziu mudanças importantes para atrair investimentos internacionais para o setor agropecuário. Uma das principais inovações que facilita o acesso ao mercado de capitais é a possibilidade de emitir CRAs diretamente no mercado offshore. Sob essa nova estrutura de financiamento, os CRAs podem ser emitidos em moeda estrangeira, não precisam ser depositados em bolsas locais e podem ser registrados ou depositados em bolsas offshore, permitindo que investidores estrangeiros tenham acesso a CRAs sem precisarem abrir uma conta local de investimentos. **Esse desdobramento recente pode promover e facilitar emissões de títulos verdes para produtores médios, cooperativas e outras empresas do setor de agronegócio.**



Passo a Passo de Como Emitir Um Título Verde

Quem pode emitir um título verde?

Produtores, cooperativas, empresas, fornecedores, traders e distribuidores tem diversas opções de estruturas para financiar ativos ou projetos verdes no setor agropecuário. Ativos elegíveis incluem conservação, agricultura e pecuária sustentável, energia renovável, florestas e infraestrutura de baixo carbono, bem como medidas de adaptação. As estruturas de financiamento dependerão do emissor e de características específicas do projeto e de condições regulatórias e de mercado. Enquanto cada estrutura financeira envolve processos específicos, o passo a passo abaixo tem como objetivo informar como emitir títulos verdes para financiar projetos de agricultura sustentável.

1 Passo - Desenvolver um Protocolo (Framework) de Títulos Verdes

O primeiro passo para financiar um projeto verde é elaborar um protocolo de títulos verdes definindo o processo de seleção e critérios de elegibilidade para identificar projetos e ativos que serão financiados. O framework também deve estabelecer o monitoramento e divulgação de informações, inclusive da alocação dos fundos:

- Definição dos Critérios Elegibilidade
- Seleção de Ativos/Projetos
- Gestão dos Recursos
- Relatório Pós-Emissão

Available Guidelines & Standards:

Diretrizes & Padrões Disponíveis:

Princípios para Títulos Verdes (GBP), Princípios para Empréstimos Verdes (GLP), Taxonomia Climate e Climate Bonds Standard

Existem diretrizes disponíveis para o Brasil.

2 Passo - Definição de Fontes de Financiamento

Uma vez que ativos/projetos tenham sido identificados, o próximo passo é determinar a melhor forma de se obter financiamento. Depending on the issuer, financing can be obtained through:

- Investimento direto:** equity, dívida corporativa ou project finance
- Investimento semidiretos:** veículos/mecanismos agregados, securitizações, covered bonds
- Investimentos indiretos:** títulos corporativos, participação em financiamento de dívida

Step 3 - Deal Structuring

Diferentes fontes de financiamento podem ser combinadas dependendo da entidade emissora, características de ativos/projeto e fatores macroeconômicos. Nesta fase, o emissor pode buscar apoio de provedores de serviços financeiros, como bancos, securitizadoras, provedores de garantia e instituições especializadas para identificar o melhor caminho a seguir. Após a escolha do instrumento financeiro, o emissor terá que preparar qualquer documentação exigida por regulamentos relevantes ou instituições que forneçam mecanismos de melhoria de crédito, como relatórios de due diligence, projeções e/ou avaliações de fluxo de caixa, contas financeiras ou relatórios ambientais.

4 Passo - Originação e Emissão

Esse passo incluir todas partes que apoiam a estruturação e execução da operação.

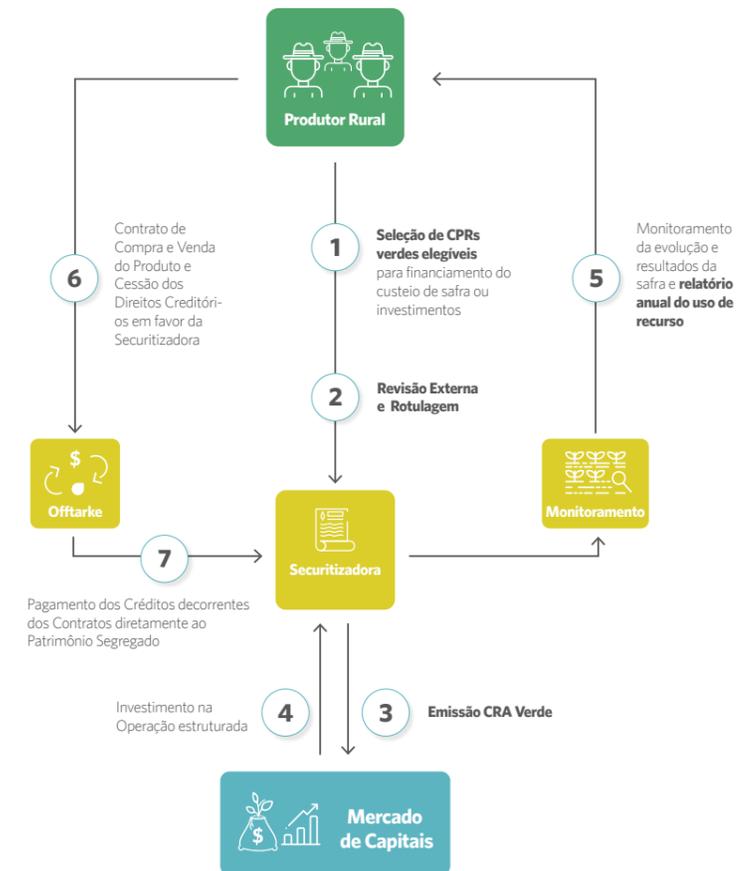
Revisão Externa: como melhor prática de mercado, a contratação de uma avaliação externa é necessária para analisar as credenciais verdes da operação.

- Estruturador:** estrutura a operação com o emissor.
- Assessores Legais:** prepara o prospecto do título e toda a documentação da operação, fornece assessoria legal para estruturação e emite uma opinião legal.
- Auditores Financeiros:** preparam o relatório da auditoria e aprovam as informações financeiras do prospecto do título/empréstimo.
- Coordenadores (Underwriter):** coordena a operação e gerencia o processo de venda do título para investidores.

5 PASSO - DIVULGAÇÃO PÓS-EMISSÃO

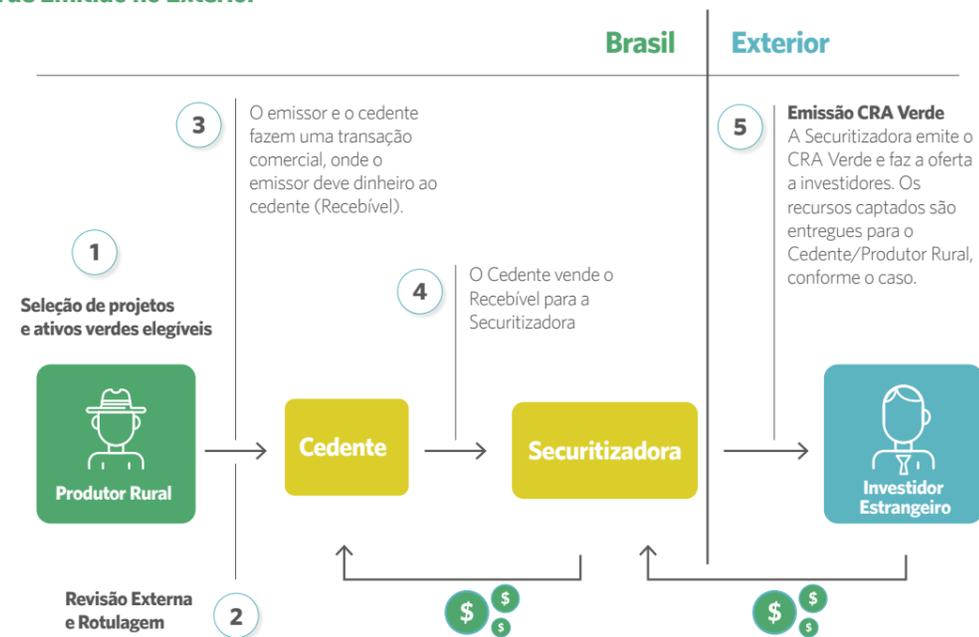
Após a emissão de um título/empréstimo verde, emissores devem fazer a divulgação anual para confirmar a alocação dos recursos em projetos/ativos verdes e a gestão de recursos não alocados. Como melhor prática de mercado, emissores também devem divulgar os impactos dos projetos financiados por meio de métricas e referências adequados.

O que isso significa na prática? CRA Verde



Fonte: Ecoagro/Pinheiro Neto Advogados

O que isso significa na prática? CRA Verde Emitido no Exterior



Note: Essa transação também pode ser implementada por uma transação de dívida direta entre a Securitizadora e o Emissor. Nesse caso, o fluxo de recursos vai do investidor a Securitizadora e ao emissor.

Fonte: Ecoagro/Pinheiro Neto Advogados

Recomendações para Expandir Agricultura Sustentável no Brasil

O Brasil pode escalar ativos e projetos agrícolas sustentáveis e instrumentos de financiamento verdes, incluindo títulos verdes, por meio de importantes mudanças institucionais e de políticas públicas. Essas medidas podem elevar o perfil do Brasil como líder agrícola sustentável, estabelecer um pipeline de oportunidades de investimento no agronegócio, e facilitar o acesso a novas fontes de financiamento.

As principais recomendações são:

01. Promover avanços em agricultura sustentável.

Embora o Ministério da Agricultura tenha publicado as “Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira”, no início de 2020, e apesar da sustentabilidade ser um pilar de seu Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM-Agro), esse resultado ainda não foi totalmente captado no âmbito nacional ou internacional. *Ações prioritárias e evoluções, incluindo os avanços rumo aos compromissos climáticos do país no setor agropecuário, devem ser amplamente divulgadas a fim de informar investidores e enviar um sinal forte ao mercado.*

02. Melhorar o acesso aos dados e transparência. Utilizar as plataformas existentes, como o Observatório da Agricultura, para divulgar informações sobre linhas de crédito públicas que incentivem boas práticas agrícolas, legislação ambiental, números de preservação (por exemplo, o sistema de monitoramento por satélite) e o avanços decorrentes do aumento da produtividade e da eficiência. Esses números são dispersos, indisponíveis ou desatualizados. *Isso melhoraria o acesso aos dados e proporcionaria maior visibilidade às credenciais verdes do Brasil.*

03. Expandir o Plano e o Programa de Agricultura de Baixo Carbono. O Plano e o Programa ABC são válidos até 2020 e mostraram ser instrumentos importantes para a adoção de práticas agrícolas de baixo carbono. *Uma fase nova e aprimorada pode incluir novas categorias de ativos para aumentar a mitigação e a resiliência em propriedades rurais* (por exemplo, novas tecnologias para aumentar a produtividade, máquinas, armazenamento, insumos), além de permitir uma maior implementação de práticas existentes.

04. Ajustar requisitos regulatórios para melhorar o ambiente de negócios e facilitar o acesso do produtor ao mercado de capitais.

05. Elaborar um pipeline de investimentos verdes para ajudar os investidores a entenderem que existe um conjunto suficientemente grande de investimentos economicamente atraentes, que também são verdes

e que podem dar escala às práticas sustentáveis. Isso proporcionaria uma visão mais clara das oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro.

06. Incorporar o risco climático ao PAP (crédito e seguro). O seguro agrícola deve ser expandido e oferecer uma cobertura mais ampla das companhias de seguros. Também, devem ser incentivados novos produtos que considerem os padrões de resiliência ao clima e à agricultura.

07. Priorizar instrumentos financeiros verdes. Há uma grande variedade de estruturas financeiras para financiar o agronegócio brasileiro, e que podem ser rotuladas como verdes. *Incentivos como a aceleração do procedimento (fast track) para títulos verdes (Lei nº 12.431/2011), o crédito tributário e a isenção tributária, podem incentivar emissões de títulos no setor agrícola.*

08. Promover mecanismos de melhoria de crédito através de Bancos Públicos. Estruturas subordinadas, tranches/cotas, seguros e mecanismos de compartilhamento de perdas, poderiam ser aplicadas em CRAs, FIDCs e Bonds (debêntures) para alavancar o capital público a fim de atrair investidores privados.

09. Reduzir o depósito compulsório em empréstimos verdes, isso permitiria que bancos fossem mais ativos em projetos verdes/sustentáveis.

10. Emitir títulos soberanos para financiar agricultura sustentável, isso permite que o Governo acesse diretamente o mercado de capitais para financiar projetos e ativos prioritários.

11. Possibilitar diálogos com investidores e gestores de ativos para desenvolver um mercado financeiro verde para o setor agrícola. Esses atores são parte fundamental da demanda por investimentos com maior retorno e sustentabilidade.

12. Fomentar a agenda de finanças e sustentabilidade verde, já que isso pode atrair o investimento privado necessário para expandir a produção agrícola e a cadeia de suprimentos.

Climate Bonds INITIATIVE

Elaborado pela
Climate Bonds Initiative

Leisa Cardoso de Souza, Coautora, Coordenadora do Programa de Agricultura do Brasil, CBI



BRAZIL
GREEN
FINANCE
INITIATIVE



SUBCOMITÊ DE
AGRICULTURA

Em parceria com o
Subcomitê de Agricultura do Brasil

Andre Gustavo Salcedo Teixeira Mendes,
Autor Principal, Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

Esta publicação é financiada pela
Fundação Gordon e Betty Moore.